

Seja na área da Saúde, para comprar um veículo, para fazer uma reforma em uma creche, para comprar um trator que ajude no recapamento ou para comprar medicamentos, as prefeituras estão precisando de verbas. Estão com um orçamento muito enxuto, muito reduzido. Há queda na arrecadação dos municípios e eles não conseguem colocar em prática, às vezes, minimamente, o programa eleitoral sob o qual os prefeitos foram eleitos.

O Governo do Estado simplesmente não sinaliza nada por meio das emendas desses deputados e deputadas desta Casa, em uma absoluta relação de desrespeito àquilo que nós temos, já há muito tempo, conseguido obter. Mesmo com muita pressão, a duras penas, conseguimos, às vezes, a liberação de alguma emenda, seja para prefeituras, seja para entidades, também, que passam enormes dificuldades. Muitas delas, inclusive, estão fechando suas portas, porque não têm mais como exercer as suas tarefas, uma vez que os recursos das prefeituras já são parcos. Os do Governo do Estado secaram.

A nossa bancada é a que menos se importa, na verdade, com as nossas emendas. No entanto, nós sabemos que, como já disseram outros que me antecederam, são emendas que não serão utilizadas por nós. Não são para nós, mas para beneficiar o conjunto da população paulista, em especial a população que mais precisa.

Essa é a que precisa do braço do poder público. Outros segmentos de classe social mais alta não têm tanta necessidade e podem, às vezes, arcar com os custos de comprar um medicamento, de pagar uma consulta médica, de fazer uma viagem, de se deslocar para outro local para tratar de algum problema de Saúde. Colocam seus filhos em escolas particulares, ao passo que a população mais pobre, não. Ela, mais do que ninguém, precisa disso, sobretudo em um momento de crise como este, de alto índice de desemprego. São mais de 14 milhões de desempregados - algo provocado por esse Governo golpista que aí está.

Talvez o governador tenha perdido as aulas de matemática na escola, pois poderia fazer melhor as contas. Quando deram isenção dos medicamentos, em parceria com o prefeito de São Paulo, o Sr. João Dória, receberam de algumas poucas indústrias farmacêuticas uma doação de medicamentos. Em troca, deram uma isenção que totaliza, segundo a Rádio CBN, 66 milhões de reais.

Se o Governo do Município de São Paulo comprasse esses medicamentos, pagaria 35 milhões de reais. Portanto, o Governo está abrindo mão de uma receita de 31 milhões de reais, em uma conta pequenininha, e ainda está recebendo medicamento com menos de 12 meses de validade - o que não é indicado pela Anvisa. Medicamentos assim não devem ser disponibilizados para consumo. A reportagem dessa mesma rádio percorreu dezenas de Unidades Básicas de Saúde e constatou que medicamentos que haviam sido doados já estão quase para ter seu prazo de validade expirado.

Se o Governo pudesse fazer essas contas, certamente essa diferença de milhões de reais poderia ser redistribuída para os municípios e para as entidades paulistas, como Apae, abrigo de idosos, entidades que cuidam de crianças em situação de risco. Os recursos poderiam ser voltados para a educação técnica. É tanta coisa que poderia ajudar. No entanto, o Governo desperdiça isso. E mais, ainda vai gastar 20 reais por quilo, porque o descarte dos medicamentos ficou sob a responsabilidade da prefeitura de São Paulo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a prorrogação dos trabalhos por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental.

Em votação o requerimento de prorrogação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permançam como se encontram. (Pausa,) Aprovado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PRB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PSD.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PR.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PR.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do DEM.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de declarar a obstrução da bancada do PP.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Registrada a declaração de obstrução da bancada do PP.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. GILENO GOMES - PSL - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSL. A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. PEDRO KAKÁ - PODE - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do Podemos está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do Podemos.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 29 Sras. Deputadas e Srs. Deputados: 28 votaram "sim", e este deputado na Presidência, quorum insuficiente para a prorrogação da sessão.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, lembrando-os, ainda, da Sessão Extraordinária a realizar-se dez minutos após o término da presente sessão.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 10 minutos.

13 DE JUNHO DE 2017 24ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS
Secretários: CARLÃO PIGNATARI, ITAMAR BORGES, CARLOS BEZERRA JR., ROBERTO MASSAFERA e FERNANDO CURY

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Coloca em votação o PL 806/16.

2 - JORGE CARUSO

Para comunicação, questiona se cabe encaminhamento ou não no processo de votação deste projeto.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Responde afirmativamente.

4 - WELLINGTON MOURA

Solicita verificação de presença.

5 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando constatado quórum.

6 - JORGE CARUSO

Encaminha o PL 806/16, em nome do PMDB.

7 - WELLINGTON MOURA

Solicita verificação de presença.

8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que constata quórum.

9 - JORGE CARUSO

Solicita verificação de presença.

10 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, interrompida quando constatado quórum.

11 - CAMPOS MACHADO

Encaminha o PL 806/16, em nome do PTB.

12 - MARCIA LIA

Solicita verificação de presença.

13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que não atinge número para a continuidade dos trabalhos. Levanta a sessão.

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Votação adiada do Projeto de lei nº 806, de 2016.

Em votação.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, como estamos começando novamente a votação que não aconteceu na ordinária, começa tudo de novo, encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Cabe encaminhamento novamente de todas as bancadas presentes. Esta é uma nova sessão.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PMDB, tem a palavra o nobre deputado Jorge Caruso.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Carlão Pignatari e Itamar Borges para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença, e agradece a colaboração dos nobres deputados Carlão Pignatari e Itamar Borges.

Continua com a palavra o nobre deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, eu fiz inicialmente um encaminhamento com uma explanação pertinente aos problemas vividos pela Assembleia Legislativa, devido à conjunção de projetos a serem votados aqui, todos do Poder Executivo, sem exceção. A polêmica só existe em cima de projeto do Executivo, já que cada deputado não tem direito de criar polêmica em cima do seu próprio projeto porque não consegue. Nós estávamos contando inicialmente os problemas que vivemos. Não sei em qual momento iremos começar a discutir o Projeto de lei nº 57, mas eu queria aproveitar a presença dos agentes fiscais de renda, para novamente voltar um pouco ao tema do imbróglio que nós nos encontramos.

Acho que postura dos Srs. Deputados na Casa, hoje, é de cansaço. Talvez, em razão da modesta insignificância do parlamento diante daquilo que o Poder Executivo vem fazendo na administração de São Paulo, infelizmente. O que estamos tentando aqui é resgatar o respeito à instituição. Resgatar, em especial, o debate. Quando nós vimos aqui encaminhar e pedirmos nos momentos de votação que se faça uma obstrução, é justamente no sentido de provocar a discussão. Todos nós, e eu vi manifestações aqui ao longo dos últimos 20 dias, nos manifestamos favoráveis à PEC nº 5. (Palmas.) Todos os deputados.

Todos os deputados aqui se manifestam favoráveis ao orçamento impositivo quando conversamos com um a um. Quem nos assiste e não sabe o que é o orçamento impositivo, é mais ou menos o seguinte: no final do ano, os deputados apresentam emendas em caráter macro ou em caráter micro, mais especificamente de alguns municípios, interesses locais, enfim. Isso é votado na peça orçamentária e parte é acolhida. Via de regra, ao longo dos últimos anos, os deputados que estão aqui há mais tempo, como eu e os novos já observaram, que não há o hábito do governo em respeitar aquilo que nós aprovamos na peça orçamentária. O resultado disso é muito simples.

O resultado disso fez com que todas aquelas emendas parlamentares que foram aprovadas nos últimos quatro, cinco anos, todo aquele saldão que não foi pago, foi se acumulando, e é claro, isso gerou uma insatisfação. Principalmente neste momento, porque todos nós sofremos pressão dos prefeitos para liberar e conquistar recursos para os municípios. Nós começamos uma discussão nesta Casa no seguinte sentido: para que serve o deputado na hora da apresentação de qualquer emenda na peça orçamentária se ele a apresenta, é aprovada a emenda, só que na sequência não é paga?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Carlos Bezerra Jr. e Roberto Massafera para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência pergunta ao secretário desta Mesa quantas Sras. Deputadas e Srs. Deputados responderam à chamada.

Esta Presidência constata a presença de 25 Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, quorum suficiente para dar continuidade à sessão.

Continua com a palavra o nobre deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Eu estava falando da questão do Orçamento Impositivo e de como a Praça Orçamentária principal não é respeitada. Criaram em Brasília e em quase todas as Assembleias Legislativas estaduais o Orçamento Impositivo.

O que é isso? Uma fatia do Orçamento feita por meio de emendas elaboradas pelo Parlamento, pelo Poder Legislativo, que obrigatoriamente é respeitada. Foi assim que cada Assembleia Legislativa ocupou seu espaço. Foi assim que, no Congresso Nacional, os deputados federais e os senadores ocuparam seu espaço. Foi assim que o Poder Executivo passou a respeitar a intenção de seus pares do Legislativo, começou a acolher as ideias introduzidas pelos Srs. Parlamentares em cada Peça Orçamentária.

Nas Assembleias Legislativas onde isso ocorreu, assim como no Congresso, o respeito voltou. As pessoas voltaram a discutir política. As pessoas não discutem mais apenas emendas que não foram pagas. Esta Casa, infelizmente, ao longo dos últimos anos, limitou-se a isso. Estamos vivenciando isso, em uma briga constante para resgatar o respeito por esta Casa, o que não acontecerá, é claro, somente com o Orçamento Impositivo. É muito simples aprovar o Orçamento Impositivo. Só não vê o deputado que não quer.

O presidente não vai pautar. O projeto teria que correr pela sessão extraordinária e o presidente não vai pautar, pois é contra o interesse do Governo. Por que o Governo vai ter interesse no Orçamento Impositivo? Ele vai ser obrigado a respeitar o que nós pensamos? Do jeito que está, ele respeita quando quer. Então, ele não vai querer fazer isso. E o presidente, por sua vez, não irá pautar.

Então, só há uma forma de pautar: é travar o processo legislativo e começar uma ampla discussão para negociar interesses do Governo, interesses da Assembleia Legislativa, interesses da população e, acima de tudo, todos nós crescermos e constituirmos um estado mais justo. Mas isso não é feito. O Governo insiste em pautar simplesmente projetos do próprio Governo, da forma como ele quer, da forma que lhe interessa. Então, estamos barrando, em parte, por causa disso.

E há uma segunda etapa: o deputado Barros Munhoz já foi alertado e foi muito parceiro neste ponto. Há uma série de problemas no Projeto nº 57 que precisam ser consertados. Vejam bem, todos nós vivenciamos os escândalos do último mês, o que essa grande empresa fez de estrago, as delações, o que ela contou de maldades e ilegalidades que fez. E ela conta expressamente, como foi denunciado pelo jornal "Valor", sobre a Secretaria Estadual da Fazenda, fala como, entre 2004 e 2017, ela alimentou propina lá dentro em troca de créditos. Então, nós questionamos isso e o deputado Barros Munhoz sabe disso. Pergunto: o que vamos votar no Projeto nº 57? É um projeto que favorece vários devedores.

Sr. Presidente, antes de especificar os devedores que nós talvez venhamos a contemplar no Projeto nº 57, o que queremos evitar, percebo que não temos quorum regimental.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Carlos Bezerra Jr. e Fernando Cury para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É iniciada a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Carlos Bezerra Jr. e Fernando Cury.

Continua com a palavra o nobre deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Sr. Presidente, voltarei a falar dos problemas do Projeto nº 57. Temos denúncias graves de favorecimento dentro da Receita Estadual, e, pelo Projeto nº 57, nós iremos beneficiar muitas empresas, porque serão diminuídas multas e juros. Elas vão continuar ganhando dinheiro no mercado financeiro, usando o estado de São Paulo como o melhor banco do mundo.

Presumo - posso estar errado - que muitas das empresas que serão beneficiadas com esse projeto são as mesmas que talvez já tenham ganhado muitos benefícios e que estão em todas as denúncias da Operação Lava Jato. Pergunto: como nós, deputados, votaremos um projeto sem saber se estaremos beneficiando cada uma dessas empresas?

Fizemos um requerimento solicitando informações, pois queremos saber quanto o secretário da Fazenda deu de crédito ou benefício - não sei exatamente os termos técnicos - para o setor têxtil, por exemplo, ou para o setor agrícola e o setor de frigoríficos, sem que isso passasse pela Assembleia Legislativa. Quanto o estado renunciou de receita para favorecer esses setores para depois vir a esta Casa dizer que o Governo não tem dinheiro, que não arrecadou? Não arrecadou porque deu benefício para um monte de empresas, porque deu benefícios demais.

Portanto, fizemos uma série de requerimentos de informação, e não podemos começar a discutir o Projeto nº 57 sem que o Sr. Secretário da Fazenda explique isso. Ele também precisa explicar a denúncia recente, da semana passada, com relação à doação de remédios à Prefeitura de São Paulo.

Aliás, deputado Barros Munhoz, eu particularmente acho isso correto, só precisa fazer o acerto de contas. Se receberem doação, vamos apurar isso direitinho, e eu acho muito justo que cada município também tenha o direito de receber doação. Por que só o município de São Paulo? Não dá para entender isso. Já que é para fazer caridade, vamos fazer para todas as cidades, porque todas as cidades precisam de medicamento.

Portanto, o Sr. Secretário da Fazenda tem muito o que explicar nesta Casa, e eu também tenho muito a falar, mas meu tempo se esgotou. Voltarei depois. Muito obrigado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, há pouco eu conversava com a deputada Maria Lúcia Amary. Ela me lembrou do ex-deputado Renato Simões, de Campinas, e eu lembrei que nós travávamos nesta Casa grandes discussões, inclusive sobre um livro de Leonardo Boff, intitulado "A Águia e a Galinha". O que Leonardo Boff queria dizer sobre a águia e a galinha? Quais as diferenças que existem entre a águia e a galinha? A águia é uma grande ave que vive lá nos cumes das montanhas. Altaneira, grandes asas, sempre em cima, mais perto de Deus e mais perto das estrelas. Quando a águia atinge a idade de 35 anos, ela começa a perder a força e começa a desenhar o seu destino.

O que é que faz a águia? Vai para as montanhas, com o bico todo estragado, e o esfrega, esfrega, esfrega na pedra; depois ela vive mais 35 anos lá em cima, no alto.

O que é que faz a galinha? Ela cisca no chão. Voo de galinha é um voo curto. O que nós preferimos nesta Casa: o voo da águia ou o voo da galinha? Esta é a pergunta que se faz. Há 10, 15 anos nós navegávamos nos ares das águias, e hoje transitamos no chão com as galinhas. Esta é a preocupação que tenho nesta noite.

Estou há 27 anos nesta Casa. Vinte e sete anos como líder da minha bancada. Não vi, em nenhuma oportunidade, o que estamos vivendo hoje. Um país desmoralonado, desmotivado, as pessoas perderam a fé. Sabe, deputada Marta Costa, até o STF quer liberar a maconha e a cocaina. Nós estamos aqui sabendo que não vamos votar projeto nenhum. Alguém tem alguma dúvida que nós não vamos votar nada na noite de hoje? Não, não vamos votar. Se eu tivesse vindo de outro lugar, do Brasil ou do mundo, para aprender alguma coisa na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, eu sairia desencantado. Nós não temos horizontes, não plantamos sonhos, vivemos sob o que será de amanhã - um velho samba.

Por isso eu só vejo um caminho: o reerguimento moral desta Casa, o nosso encontro com nosso destino. O deputado Cauê Macris sonhou uma grande presidência. Eu, nele acreditei e nele acredito. Só que é preciso tomar as rédeas da Casa, é preciso mostrar que nós temos independência, que nós não somos galinhas, que nós somos águias; isso é fundamental.

A SRA. MARCIA LIA - PT - Sr. Presidente, solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Roberto Massafera e Carlos Bezerra Jr. para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

- É feita a chamada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número insuficiente para a continuidade dos trabalhos, e agradece a colaboração dos nobres deputados Roberto Massafera e Carlos Bezerra Jr..

Nos termos do Art. 106, inciso III, do Regimento Interno, está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 20 horas e 05 minutos.

14 DE JUNHO DE 2017 86ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidente: DOUTOR ULYSSES
Secretário: CORONEL TELHAD

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - DOUTOR ULYSSES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CORONEL TELHAD

Comenta incêndio ocorrido em prédio de 24 andares, em Londres. Lembra outros incêndios de grande porte, na Capital paulista, que resultou em mudanças na atuação do Corpo de Bombeiros. Discorre sobre o assunto. Defende a aprovação da PEC 09/15, que trata da emancipação do Corpo de Bombeiros.

3 - SEBASTIÃO SANTOS

Discursa sobre a importância do turismo. Informa que a cidade de Barretos tornou-se, recentemente, município de interesse turístico. Ressalta características turísticas observadas também em Mirassol. Acrescenta que a cidade dispõe de uma boa estrutura hoteleira e gastronômica, além de festas tradicionais, o que, a seu ver, são recursos que não podem ser desperdiçados, em momentos de crise, para a geração de emprego e renda.

4 - CARLOS GIANNAZI

Tece críticas ao governo estadual pela falta de investimentos na Educação. Cita problemas estruturais em várias escolas. Mostra fotos da Escola Municipal João da Cruz Melão, em Teodoro Sampaio, cuja quadra esportiva encontra-se interdita. Apela por mais recursos para as universidades públicas e para Etecs e Fatecs.

5 - SEBASTIÃO SANTOS

Tece comentários sobre